REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...

ISSN: 2718-8310

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS SOBRE O PAPEL DA ESCOLA NA PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM PONTA GROSSA/PARANÁ

LAS REPRESENTACIONES SOCIALES DE LOS PROFESIONALES DE LA EDUCACIÓN DE JÓVENES Y ADULTOS SOBRE EL PAPEL DE LA ESCUELA EN LA PROMOCIÓN DE LA SEGURIDAD ALIMENTARIA Y NUTRICIONAL EN PONTA GROSSA/PARANÁ

THE SOCIAL REPRESENTATIONS OF YOUTH AND ADULT EDUCATION PROFESSIONALS ON THE ROLE OF THE SCHOOL IN PROMOTING FOOD AND NUTRITIONAL SECURITY IN PONTA GROSSA/PARANÁ

Diana Galone Somer
Universidade Estadual de Ponta Grossa
E-mail: dianassomer@gmail.com

Alfredo Cesar Antunes
Universidade Estadual de Ponta Grossa
E-mail: alfredo.cesar@hotmail.com

Constantino Ribeiro de Oliveira Junior
Universidade Estadual de Ponta Grossa
E-mail: constantino@uepg.br

Resumo

A segurança alimentar e nutricional (SAN) é a condição em que todas as pessoas têm acesso a alimentos suficientes, seguros e nutritivos para uma vida ativa e saudável. Este estudo investiga as percepções e representações sociais dos profissionais do Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos (CEEBJA) Prof. Paschoal Salles Rosa, em Ponta Grossa/Paraná, sobre a alimentação dos alunos. A pesquisa qualitativa utilizou,estudo de caso, entrevistas semiestruturadas com quatro profissionais do CEEBJA e análise do discurso coletivo. Os resultados revelam que as representações sociais dos profissionais sobre a alimentação escolar são construídas a partir de suas experiências e conhecimentos. Por meio dos processos de ancoragem e objetivação, os profissionais reconhecem a alimentação como um direito fundamental e um elemento cultural. Conclui-se a importância de considerar a alimentação como um código social e reconhecer a relação entre alimentação, cultura, identidade e consumo. Essas percepções têm implicações significativas na promoção da SAN no CEEBJA. Os *insights*

fornecidos por esta pesquisa são valiosos para o aprimoramento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), visando garantir que todos os alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) tenham acesso à alimentação de qualidade necessária para o seu pleno desenvolvimento.

Palavras-chave: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Percepções dos profissionais, Código Social, medida socioeducativa em meio aberto, política pública.

Resumen

La seguridad alimentaria y nutricional (SAN) es la condición en la que todas las personas tienen acceso a alimentos suficientes, seguros y nutritivos para una vida activa y saludable. Este estudio investiga las percepciones y representaciones sociales de los profesionales del Centro Estatal de Educación Básica para Jóvenes y Adultos (CEEBJA) Prof. Paschoal Salles Rosa, en Ponta Grossa/Paraná, sobre la alimentación de los estudiantes. La investigación cualitativa utilizó un estudio de caso, entrevistas semiestructuradas con cuatro profesionales del CEEBJA y análisis del discurso colectivo. Los resultados revelan que las representaciones sociales de los profesionales sobre la alimentación escolar se construyen a partir de sus experiencias y conocimientos. A través de los procesos de anclaje y objetivación, los profesionales reconocen la alimentación como un derecho fundamental y un elemento cultural. Se concluye la importancia de considerar la alimentación como un código social y reconocer la relación entre alimentación, cultura, identidad y consumo. Estas percepciones tienen implicaciones significativas en la promoción de la SAN en el CEEBJA. Los hallazgos proporcionados por esta investigación son valiosos para el mejoramiento del Programa Nacional de Alimentación Escolar (PNAE), con el objetivo de garantizar que todos los estudiantes de Educación de Jóvenes y Adultos (EJA) tengan acceso a la alimentación de calidad necesaria para su pleno desarrollo.

Palabras clave: Programa Nacional de Alimentación Escolar (PNAE), Percepciones de los profesionales, Código Social, medida socioeducativa en medio abierto, política pública.

Abstract

Food and nutritional security (FNS) is the condition in which all people have access to sufficient, safe and nutritious food for an active and healthy life. This study investigates the perceptions and social representations of the professionals of the State Center of Basic Education for Youth and Adults (CEEBJA) Prof. Paschoal Salles Rosa, in Ponta Grossa/Paraná, about the nutrition of students. The qualitative research used a case study, semi-structured

interviews with four CEEBJA professionals and collective discourse analysis. The results reveal that the social representations of professionals about school feeding are constructed from their experiences and knowledge. Through the processes of anchoring and objectification, professionals recognize food as a fundamental right and a cultural element. They conclude the importance of considering food as a social code and recognize the relationship between food, culture, identity and consumption. These perceptions have significant implications for the promotion of FSN in JSCA. The findings provided by this research are valuable for the improvement of the National School Feeding Program (PNAE), with the objective of ensuring that all students of Youth and Adult Education (YAE) have access to quality food necessary for their full development.

Key words: National School Feeding Program (PNAE), Perceptions of professionals, Social Code, socio-educational measure in open environment, public policy.

Introdução

A alimentação escolar no Brasil transcende a mera nutrição, configurando-se como ferramenta pedagógica e direito fundamental para garantir a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) dos alunos (Oliveiraet al., 2024). Este estudo, ancorado na Teoria da Representação Social de Moscovici (2012), busca investigar as percepções de profissionais do Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos (CEEBJA) Prof. Paschoal Salles Rosa, em Ponta Grossa/PR, sobre a alimentação dos alunos, contribuindo para a construção de um ambiente escolar que promova a SAN. A política de alimentação escolar brasileira, inicialmente conhecida como "merenda escolar", evoluiu ao longo do tempo, ganhando relevância como instrumento para o desenvolvimento integral dos alunos. A criação da Comissão Nacional de Alimentos (CNA) em 1945 e a Portaria Interministerial 1.010/2006, com diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável (PAS), exemplificam essa trajetória.

Os esforços contínuos incluem a promoção de escolhas alimentares saudáveis nas escolas, com ênfase na educação nutricional, apoio a hortas escolares, práticas de segurança alimentar e monitoramento do bem-estar nutricional dos alunos (Oliveira *et al*., 2024). Nesse contexto, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) desempenha um papel fundamental na proteção social no Brasil. Estruturado em torno da Proteção Social Básica (PSB) e da Proteção Social Especial (PSE), o SUAS tem no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) um ponto crucial de convergência, oferecendo suporte a famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade e risco (Brasil, 2014). O atendimento no CREAS abrange desde a análise diagnóstica até a execução de medidas socioeducativas em meio aberto, como a Liberdade Assistida (LA) e a Prestação de Serviço à Comunidade (PSC), visando à reintegração social e à prevenção da reincidência.

O CREAS trabalha em estreita colaboração com outras instituições, como os Centros de Atenção Psicossocial para Infância e Juventude (CAPsij), o CEEBJA Prof. Paschoal Salles Rosa em Ponta Grossa/PR, o Ministério Público e o Poder Judiciário, formando uma rede de apoio multifacetada. Este trabalho aprofunda-se nas complexidades do contexto socioeducativo, com base no estudo das dificuldades dos alunos sujeitos a medidas socioeducativas em meio aberto, LA e a PSC, relatadas pelos profissionais do CEEBJA.

O CEEBJA Prof. Paschoal Salles Rosa destaca-se pela diversidade de seu público, incluindo alunos com diferentes necessidades e realidades socioeconômicas. Essa heterogeneidade exige atenção especial à questão da alimentação, considerando as demandas específicas de cada grupo. O objetivo é investigar as percepções e as representações sociais dos profissionais do Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos (CEEBJA) Prof. Paschoal Salles Rosa de Ponta Grossa/Paraná sobre a alimentação dos alunos. Os resultados serão analisados à luz da Teoria da Representação Social de Moscovici (2012), buscando identificar as representações sociais dos participantes sobre a alimentação escolar e seu papel na garantia da SAN.

ISSN: 2718-8310

Na primeira seção do estudo, será abordada a alimentação escolar como um direito, com uma revisão da literatura que inclui a evolução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a importância da SAN na Educação de Jovens e Adultos (EJA). A segunda seção discutirá a relação entre comida e poder, explorando desigualdades, representações sociais e direitos humanos na dieta brasileira.

Para a metodologia, realizou-se um estudo de caso no CEEBJA Prof. Paschoal Salles Rosa, em Ponta Grossa/PR, incluindo a análise dos Planos Individuais de Atendimento (PIA) de adolescentes do CREAS. Foram conduzidas 30 entrevistas semiestruturadas com profissionais da instituição, das quais quatro foram selecionadas para este estudo por abordarem diretamente a questão da alimentação dos alunos. As respostas foram analisadas utilizando o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) de Lefèvre e Lefèvre (2005, 2012), que ajuda a reconstruir as representações sociais dos participantes.

Os resultados discutidos serão baseados nas ideias centrais (IC) das respostas, destacando os processos de ancoragem e objetivação nas representações dos profissionais. A discussão será interligada com a literatura para aprofundar a compreensão das percepções sobre a alimentação escolar e propor estratégias para promover aPNAE nesse contexto. Este estudo, portanto, visa contribuir para a implementação de políticas públicas mais efetivas para alimentação escolar na EJA.

Alimentação escolar como direito: uma análise do PNAE e suas contribuições à segurança alimentar no brasil

O *Programa Nacional de Alimentação Escolar* (PNAE) se insere em um cenário mais amplo de políticas públicas voltadas à segurança alimentar e nutricional no Brasil. Desde a década de 1940, iniciativas como o Instituto de Nutrição e o Plano Nacional de Alimentação e Nutrição demonstravam a preocupação com a alimentação escolar. Em 1976, o II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN) deu um passo importante para a consolidação do PNAE, que finalmente foi criado em 1979 (Oliveira *et al*., 2024). A Constituição de 1988 garantiu o PNAE como direito, e o programa se tornou um componente essencial da política de segurança alimentar e nutricional (SAN), conforme estabelecido pela Lei 11.346/2006 (LOSAN). Oliveira*et al*. (2024) afirma que as Políticas Públicas de Segurança Alimentar foram centradas no Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) em 1976, no Projeto "Fome Zero" em 2001, na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) em 2006, no Programa

Brasil Sem Miséria em 2011 e no Programa Cozinha Solidária em 2014. O quadro 01 destaca os principais pontos dessa evolução.

Quadro 01: A evolução do Programa Nacional de Alimentação Escolar após a Constituição de 1988 até o presente momento foi marcada por diversas mudanças e melhorias.

Ano	EvoluçãoPNAE–Após Constituição 1988
1988 - 1993	Constituição de 1988: Reconheceu a alimentação escolar como direito do estudante e dever do Estado. Centralização: O PNAE funcionava de modo centralizado, com o órgão gerenciador organizando todas as atividades, desde a elaboração dos cardápios até a distribuição dos alimentos.
1994	Descentralização: Iniciou-se um funcionamento diferente, com o repasse direto do Governo Federal para as escolas, que passaram a ser responsáveis por gerenciar os recursos e as compras.
1997	Extinção da FAE: A Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) foi extinta, e suas funções foram incorporadas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que até hoje administra e normatiza o PNAE.
2000	Recriação do Consea: O Conselho de Alimentação Escolar (Consea) foi recriado, composto por representantes civis, discentes, pais dos alunos e outros, com o objetivo de fiscalizar a aplicação do PNAE nas escolas. Apoio Técnico: Foram criados os Centros de Colaboradores em Alimentação e Nutrição Escolar (Cecanes), uma rede de apoio técnico para a implementação do programa.
2006	Nutricionistas: Foi aprovada a obrigatoriedade de nutricionistas como responsáveis técnicos pelo programa, ajudando a promover uma alimentação melhor aos estudantes.
2009	Lei nº 11.947: Esta lei estabeleceu as diretrizes para a execução do PNAE, determinando que pelo menos 30% dos recursos sejam destinados à compra de alimentos provenientes da agricultura familiar local. Valorização da Agricultura Familiar: A lei também estabeleceu que a compra de alimentos da agricultura familiar deve compor o cardápio, beneficiando os pequenos proprietários e a regionalidade das preparações
Atualidade	Suplementaridade: O PNAE é um programa suplementar, com o governo federal repassando recursos para estados, municípios e escolas, que devem complementar esses recursos para garantir a oferta de alimentação escolar de qualidade. Fiscalização: O programa é fiscalizado diretamente por diversas entidades, incluindo a comunidade, o Conselho de Alimentação Escolar, o FNDE, o Tribunal de Contas da União, a Controladoria Geral da União e o Ministério Público.

Fonte: Melo (2021); PNAE (2022) e Oliveira*et al*. (2024)

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310

A Lei 11.947/2009 (PNAE) assegura o direito à alimentação escolar para todos os estudantes da rede pública, incluindo os CEEBJA, e estabelece diretrizes para oferecer refeições saudáveis e nutritivas. A legislação exige que, no mínimo, 30% dos recursos financeiros repassados pelo FNDE sejam usados na compra direta de produtos da agricultura familiar, promovendo o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades, fato que fortalece a SAN. Entretanto, identificou-se a necessidade de implementar recomendações da Resolução FNDE nª 6/2020, alinhadas com o Guia Alimentar para a população brasileira, para garantir a oferta de alimentos saudáveis. A resolução determina que, no mínimo, 75% dos recursos do PNAE sejam destinados à aquisição de alimentos in natura ou minimamente processados; no máximo, 20% para alimentos processados e ultraprocessados; e no máximo, 5% para ingredientes culinários.

O governo brasileiro desempenha um papel crucial na formulação e implementação de políticas alimentares, atuando em diferentes níveis (federal, estadual e municipal) para promover a segurança alimentar. Instituições como as organizações não governamentais (ONGs), escolas e hospitais complementam as ações governamentais, garantindo a efetividade das políticas. A colaboração entre governo e instituições é vital para o sucesso dessas políticas (Segall-Corrêa et al., 2008).O Brasil avançou consideravelmente na área de segurança alimentar nas últimas décadas, construindo um arcabouço legal e institucional robusto. Programas como o Bolsa Família e a merenda escolar assumem papel crucial na garantia do direito à alimentação, especialmente para populações em situação de vulnerabilidade. Segall-Corrêa et al. (2008), Cotta e Machado (2013),Annenberg (2014)e Oliveira et.al (2024) comprovam essa efetividade.

Contudo, a partir de 2016, a redução de orçamentos e restrições aos gastos públicos, agravada pela pandemia de Covid-19, colocou o Brasil em uma situação alarmante de insegurança alimentar em 2022, com 33,1 milhões de pessoas passando fome (REDE PENSSAN). Em resposta, o governo federal recriou o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que visa garantir a segurança alimentar e nutricional da população brasileira (Goulart, 2023). Assim, Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) significa ter acesso frequente e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, sem comprometer outras necessidades básicas, como medicamentos. O PAA permite que governos em diferentes níveis adquiram alimentos da agricultura familiar para abastecer instituições públicas e comunitárias, com o objetivo de garantir a segurança alimentar, especialmente dos mais vulneráveis (Goulart, 2023).

Annenberg (2014) aponta problemas epistemológicos e práticos nas teorias e práticas que envolvem legislações e políticas públicas. O direito administrativo, como disciplina que visa orientar a ação do Estado, enfrenta dificuldades em descrever e explicar as políticas públicas, principalmente devido à falta de uma dimensão de análise aplicada que centralize a

implementação. As crises associadas às políticas públicas podem ter diversas causas, incluindo a falta de clareza e firmeza na atuação das políticas nas realidades de cada sociedade. Políticas públicas eficazes devem buscar igualdade, justiça para todos, combater desigualdades e promover o progresso da comunidade (Annenberg, 2014). Em uma sociedade democrática, as prerrogativas existentes devem ser utilizadas para o bem-estar geral. No entanto, as falhas nas políticas públicas podem impedir o alcance desse objetivo (Annenberg, 2014).

No intrincado mundo das políticas públicas desvenda-se um mosaico de ações governamentais direcionadas a grupos sociais específicos. Essa teia complexa é tecida pela ação do Estado e pela participação da sociedade civil (Höfling, 2001). Brandt (2018) explica o contexto histórico e político, no qual diferentes paradigmas teóricos moldam abordagens estatais, por vezes conflitantes. Para Souza (2006), obstáculos incluem paradigmas preconceituosos que discriminam classes sociais, gêneros e etnias, além de recursos governamentais insuficientes que dificultam investimentos adequados em áreas essenciais como educação, saúde e assistência social. As desigualdades sociais, a pobreza e a exclusão social continuam a impedir que muitas pessoas usufruam plenamente desses direitos (Souza, 2006).

Comida e poder: desigualdades, representações Sociais e direitos humanos na dieta brasileira

Na década de 1950, Castro (1976) destacou que a dieta brasileira era nutricionalmente deficiente, fruto de fatores socioculturais e uma economia voltada à monocultura. Segundo ele, a colonização portuguesa negligenciou a manutenção de uma dieta equilibrada, focando na exploração agrícola. Enquanto os indígenas contribuíram pouco para a organização alimentar, os africanos trouxeram tradições importantes. Castro (1976) observou que, ao longo do tempo, a influência de imigrantes europeus e asiáticos começou a alterar os padrões alimentares no país.

Paralelamente, a discussão de Lévi-Strauss (2004/1964) sobre a alimentação traz uma abordagem estrutural. Conforme Abreu (2011), Lévi-Strauss analisa os mitos através da oposição entre natureza e cultura, explicando contrastes como entre o cru e o cozido, ou o mel e o tabaco. No entanto, essa dualidade é questionada, pois não necessariamente reflete a maneira como sociedades pré-modernas organizavam suas práticas alimentares. Abreu (2011) apoiada em Lévi-Strauss, sugere que as características físicas dos alimentos, como ser cozido ou assado, poderiam explicar as práticas culinárias sem recorrer a uma distinção ontológica. Essa crítica ressalta que a tentativa de Lévi-Strauss de categorizar alimentos como quentes e frios, ou naturais e culturais, pode levar a paradoxos, como ao associar o fervido (cultural) ao podre

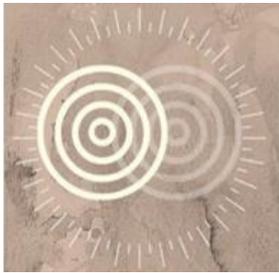
(natural). Essa análise dialoga com a perspectiva de que a alimentação ultrapassa sua função biológica, posicionando-se como um elemento central nas dinâmicas sociais e culturais.

Conforme Zaluar (1985), o acesso à comida é um dos principais fatores que organizam o pensamento das classes populares sobre sua própria condição, associando a alimentação à exclusão ou pertencimento social. Da mesma forma, Roberto DaMatta (1997b) aponta que a comida é um dos principais códigos de expressão da sociedade brasileira, funcionando ao lado de outras categorias, como política, economia e família, para estabelecer as dinâmicas de poder e hierarquia social.

Adentrando o campo dos direitos humanos, Calsing (2019) e Souza (2006) discutem como a universalidade desses direitos enfrenta desafios práticos e conceituais. Em contextos culturais diversos, a noção de direitos humanos, incluindo o direito à alimentação, pode ter diferentes significados. No Brasil, marcado por desigualdades sociais e raciais, a ausência de mecanismos eficazes para punir violações dos direitos humanos, conforme Calsing (2019), intensifica a insegurança alimentar. Para os grupos privilegiados, o direito à alimentação de qualidade está assegurado, enquanto para as populações mais pobres, esse direito permanece abstrato.

A formação das representações sociais sobre alimentação pode ser compreendida através da teoria de Serge Moscovici (2012), que destaca os processos de ancoragem e objetivação. A ancoragem refere-se ao processo de classificar e nomear algo novo para torná-lo familiar. A ancoragem ocorre quando grupos sociais reinterpretam a falta de acesso a alimentos de qualidade, conectando-a a experiências de pobreza e exclusão. Por sua vez, a objetivação transforma ideias abstratas, como a fome, em elementos concretos, como corpos desnutridos ou a escolha forçada de alimentos ultraprocessados. Essas representações reforçam as noções de marginalização e exclusão.

Esse debate sobre alimentação é complementado pela visão de Ackerman (1996) e Savarin (1999), que ressaltam a dimensão social do ato de comer. O paladar é uma experiência compartilhada, onde a mesa se torna um espaço de sociabilidade, refletindo diversas interações sociais. Além disso, Fischler (1988) destaca que comer envolve a incorporação de identidades e significados culturais, sendo uma prática carregada de simbolismo, especialmente no contexto brasileiro.

No âmbito das políticas públicas, Martins (1994) argumenta que a modernização acentuou as desigualdades no acesso a alimentos saudáveis. Para as classes populares, o consumo de alimentos processados e de baixa qualidade é uma prática comum, evidenciando a fragilidade das políticas voltadas ao direito à alimentação. Assim, há uma necessidade urgente de políticas públicas que promovam igualdade no acesso a alimentos de qualidade, reconhecendo a

interligação entre o direito à alimentação e outras dimensões dos direitos humanos, como saúde e educação.

Assim, a alimentação no Brasil é uma prática que vai além do biológico, servindo como reflexo das desigualdades estruturais do país. A partir das contribuições de Zaluar (1985), DaMatta (1997b), Moscovici (2012) e outros, percebe-se que a comida não só nutre o corpo, mas também alimenta as representações sociais sobre poder, pertencimento e exclusão. A compreensão desses processos simbólicos é essencial para entender as dinâmicas de exclusão e a forma como os direitos humanos, incluindo o direito à alimentação, são concebidos e utilizados na sociedade brasileira.

2. Metodologia

A pesquisa empregou o estudo de caso (Yin, 2001), focando no CEEBJA Prof. Paschoal Salles Rosa, em Ponta Grossa/PR, a partir dos Planos Individuais de Atendimento (PIA) dos adolescentes do Centro Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Foi realizada 30 entrevistas semiestruturada com os profissionais do CEEBJA sendo: duas secretárias, dois agentes educacionais, quatro pedagogas, dezoito professores de diversas disciplinas, dois profissionais de limpeza e dois na cozinha. Destes, quatro foram definidas para o presente trabalho, visto que trouxeram em suas falas a questão da alimentação dos alunos e das questões relacionadas à alimentação na escola. Rosa e Arnoldi (2017) definem a entrevista semiestruturada como uma ferramenta poderosa para explorar crenças, atitudes, sentimentos, valores, motivações e comportamentos dos entrevistados, contextualizados em suas vivências e acontecimentos. Para análise das respostas das entrevistas empregou-se o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) de Lefèvre e Lefèvre (2005, 2012), que é uma técnica de pesquisa empírica qualiquantitativa que visa reconstruir as representações sociais, preservando as dimensões individual e coletiva do pensamento dos participantes. Nos resultados serão discutidos em termos das ideias centrais (IC) das respostas, a partir das quais se manifestam a ancoragem e objetivação nas representações dos profissionais.

Os resultados das quatro entrevistas estão detalhados no Quadro 2, que identifica os profissionais como A, B, C e D; apresenta as respostas sobre a pergunta "Quais desafios descritos pelos adolescentes em medidas socioeducativas em meio aberto, Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço a Comunidade (PSC)?"; as Expressões-Chave (ECH), as Ideias Centrais (IC), o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) de Lefèvre e Lefèvre (2005, 2012) e os conceitos de ancoragem e objetivação de Moscovici (2012). A pergunta foi realizada para mapear a percepção dos profissionais do CEEBJA em relação aos adolescentes em medida

socioeducativa em meio aberto, liberdade assistida (LA) e prestação de serviço a comunidade (PSC). Contudo, o resultado trouxe o contexto geral do CEEBJAProf. Paschoal Salles Rosa, em Ponta Grossa/PR. As abordagens do DSC e a de ancoragem e objetivação buscam acessar e representar o conhecimento do senso comum, que é socialmente construído.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310

Quadros 02:Respostas dos profissionais A, B, C e D destacando as Expressões-Chave (ECH) e as Ideias Centrais (IC), utilizando o discurso do sujeito coletivo de Lefèvre e Lefèvre (2005, 2012), e aancoragem e objetivação com base na teoria de Moscovici (2012).

Profissional (A, B, C e D) Expressões-Chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragem	Objetivação
Profissional A- Eu percebo que alguns alunos ficam andando pela escola, esperam o lanche, e vão embora depois. Às vezes é preciso aumentar a água na comida para dar para todos os alunos. Eu converso com eles algumas vezes, eles esperam apenas o lanche todos os dias, não têm comida em casa, vejo a pobreza, eles repetem três a quatro vezes no lanche.	1.Eu converso; 2. Não tem comida em casa; 3. Eles repetem três a quatro vezes no lanche.	1.Alimentação 2.Pobreza	Aumentar a água na comida
Profissional B– Vejo que tem alunos que estão aqui pelo lanche, eu converso sabe, e tem dias que é preciso aumentar a água na comida para todos comerem. Depois do lanche, não vemos mais alguns alunos nos corredores. Isso é muito triste, vem para a escola para comer, eles repetem três a quatro vezes no lanche, eles não têm comida em casa, é uma pobreza.	1.Eu converso; 2. Não tem comida em casa; 3. Eles repetem três a quatro vezes no lanche.	1.Alimentação 2.Pobreza	Aumentar a água na comida
Profissional C- Esses dias um aluno disse, eu sempre converso, que não tem comida em casa. Via ele andando pela escola, até hora do lanche e ia embora, eles repetem três a quatro vezes no lanche, muitos alunos acontecem isso. Temos muitos alunos assim, à noite tem uma senhora, que vem para comer. Tem alunos também que vem com pouca roupa, é uma pobreza.	1.Eu converso; 2. Não tem comida em casa; 3. Eles repetem três a quatro vezes no lanche.	1.Alimentação 2.Pobreza	Pouca roupa
Profissional D- Eu converso, eles dizem que não tem comida em casa, ficam na escola só para o recreio. Eu vejo que depois que repetem três a quatro vezes no lanche, vão embora. Eu percebo e pela fala deles pela pouca roupa, vê a pobreza.	1.Eu converso; 2. Não tem comida em casa; 3. Eles repetem três a quatro vezes no lanche.	1.Alimentação 2.Pobreza	Pouca roupa

Fonte: Os autores

Foram identificadas as seguintes Ideias Centrais (IC) com base nas Expressões-Chave (ECH), "1. Eu converso, 2. Não tem comida em casa,3. Eles repetem três a quatro vezes no lanche".

Para a IC, "***1. Eu converso***", Moscovici (2012) destaca que a comunicação é um elemento central na construção das representações sociais. Através da comunicação entre indivíduos, é possível criar novas representações sobre a realidade, fenômenos e objetos. A comunicação permite a socialização de ideias, crenças e conhecimentos, formando a realidade de um grupo e possibilitando a interpretação de seus comportamentos. Ou seja, a comunicação é o meio pelo qual as representações sociais são transmitidas e compartilhadas entre as pessoas.

Em relação à IC "**2. Não tem comida em casa**",utilizo das considerações de Zaluar que em 1985 já explicava que a alimentação é mais do que um ato biológico, comer se torna um poderoso símbolo de prestígio social e riqueza, demarcando fronteiras entre os pobres e os que não são. Essa centralidade da alimentação na identidade social dos indivíduos é um elemento fundamental para compreender as dinâmicas sociais nas áreas urbanas.

No que cerne à IC "**3. Eles repetem três a quatro vezes no lanche**", DaMatta (1997b) discute que a distinção entre alimento e comida é crucial, uma vez que o alimento é tudo que pode ser ingerido para manter a vida. Por sua vez, a comida é tudo que se come com prazer, de acordo com regras sociais e culturais específicas, que definem o que é comestível, como deve ser preparado e consumido, e em quais ocasiões. Em vista disso, a comida, portanto, não se resume a suprir necessidades fisiológicas, mas carrega consigo uma profunda carga simbólica e cultural. Ela define identidades, estabelece hierarquias sociais e molda relações interpessoais. Através da comida, expressa-se os valores, crenças e costumes, construindo um senso de pertencimento e identidade social.

Ancoragem: nomeando a fome e a pobreza na escola

Os profissionais entrevistados do CEEBJA, concordam que "Não tem comida em casa (alunos)" revelando a percepção da fome como realidade presente na vida dos alunos, ancoram "**1. alimentação**". Ainda, "Eles repetem três a quatro vezes no lanche", ancoram a "**2. pobreza**"consolidando a visão de que a falta de comida em casa é um problema social que precisa ser combatido. Assim, pode-se identificar uma relação clara entre a falta de comida em casa dos alunos e a necessidade de reforçar a alimentação escolar. Essa percepção se traduz na ancoragem, um processo que, segundo Moscovici (2012), integra elementos novos em um sistema de categorias e significados já existentes. No caso da fome, essa ancoragem se manifesta na associação entre a carência alimentar e a pobreza, categorizando a falta de comida como um indicativo da condição socioeconômica dos alunos.

Para Melo (2021)o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), é uma política pública que visa buscar soluções para essas realidades, buscando garantir a oferta de alimentação adequada em quantidade e qualidade para os alunos da rede pública de ensino. Além de suprir

ISSN: 2718-8310

as necessidades nutricionais básicas, o PNAE também propende promover a educação alimentar e nutricional, combatendo a desnutrição e promovendo hábitos alimentares saudáveis. A agricultura familiar e os desafios da implementação, a inclusão da agricultura familiar no PNAE representa um marco importante na busca por um sistema alimentar mais justo e sustentável. No entanto, a implementação dessa medida enfrenta diversos desafios, como a variabilidade na capacidade dos municípios de atingir a meta de compras (25% do total), cortes no orçamento do programa, terceirização da gestão e a falta de reajustes no valor per capita repassado pelo FNDE (R$ 0,32 por refeição), no ensino do EJA, desde 2017(Melo, 2021).

Objetivação: revelando as necessidades dos alunos

As respostas dos profissionais do CEEBJA, ao mencionarem a necessidade de "**aumentar a água na comida**" evidencia a necessidade de aumentar a alimentação escolar por parte do Estado e município. Enquanto que a "**pouca roupa**" dos alunos, evidenciam a realidade socioeconômica precária de muitos estudantes da EJA. Essa objetivação, segundo Moscovici (2012), representa a transformação de ideias abstratas em algo concreto, facilitando a compreensão e a integração dessas realidades no sistema de valores e crenças da sociedade.

Em 2023, o FNDE deu um passo importante para garantir a alimentação escolar de qualidade nas escolas públicas brasileiras (Brasil,2023). Através de um investimento robusto e medidas estratégicas, como o reajuste histórico dos valores per capita do PNAE, o FNDE buscou contribuir para o desenvolvimento físico, cognitivo e social dos alunos. Na EJA, o valor per capita passou de 32 para 41 centavos, um aumento de 28% (Brasil,2023).O reajuste do PNAE beneficiou diretamente os estudantes de todas as etapas da educação básica, desde a creche até a EJA. Essa medida permitiu a aquisição de alimentos mais frescos, nutritivos e variados, além de fortalecer a agricultura familiar, gerar renda e emprego nas comunidades e estimular a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis. Apesar dos avanços do PNAE, os profissionais do CEEBJA, com base na objetivação das necessidades dos alunos, alertam para a necessidade de um novo reajuste do valor per capita na EJA. Essa perspectiva corrobora com a pesquisa realizada em Ponta Grossa, Paraná, que demonstra a insuficiência do valor atual para suprir as demandas nutricionais dos alunos nesse contexto específico.

A pesquisa revela como o código social, conjunto de normas e valores que permeiam a vida em sociedade influenciam as percepções dos profissionais do CEEBJA sobre a alimentação escolar na EJA. Através deste estudo de caso(Yin, 2001), pode-se entender, a partir da análise da interação entre ancoragem e objetivação, dois aspectos importantes do código social: a relação entre ausência de alimentação e pobreza e a falta de Alimentos para a merenda escolar.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310

4. Considerações finais

O estudo, inicialmente proposto para investigar as percepções dos profissionais do CEEBJA sobre a alimentação dos alunos, transcendeu seu objetivo inicial e revelou a alimentação como um código social. Compreender a alimentação dessa forma é essencial para desvendar as dinâmicas de poder e desigualdade nas sociedades. Esse novo conceito mostra que a maneira como nos alimentamos reflete nossas crenças, valores e *status* social, além de estar diretamente relacionada à cultura, identidade e consumo. Essa perspectiva nos permite analisar as disparidades no acesso à comida, como a fome e a desnutrição, que afetam principalmente as populações mais vulneráveis.

Reconhecer a alimentação como um código social permite a formulação de políticas públicas mais eficazes para combater a fome e a desnutrição. Políticas que considerem as dimensões sociais, culturais e econômicas da alimentação, além da mera nutrição, são essenciais para construir uma sociedade mais justa e inclusiva. A ancoragem da fome à pobreza, evidenciada pelos profissionais do CEEBJA, revela a complexa relação entre as necessidades básicas dos alunos e a realidade socioeconômica das comunidades em que estão inseridos. O PNAE, por sua vez, se apresenta como uma política pública essencial para combater a fome e promover a educação alimentar, mas enfrenta desafios que exigem soluções conjuntas.

Os investimentos do FNDE em alimentação escolar em 2023 demonstram um compromisso com o futuro do país, garantindo alimentação de qualidade para milhões de estudantes e contribuindo para a formação de cidadãos saudáveis e conscientes. No entanto, os profissionais do CEEBJA alertam para a necessidade urgente de reajustar o valor per capita do PNAE para a EJA, pois a pesquisa em Ponta Grossa, Paraná, mostrou que o valor atual é insuficiente para atender às necessidades nutricionais dos alunos.

A objetivação das necessidades dos alunos da EJA, aliada à análise do impacto do PNAE, revela um cenário complexo e multifacetado da alimentação escolar nesse segmento educacional. É fundamental considerar as realidades socioeconômicas dos alunos, as características da EJA e os desafios específicos da alimentação nesse contexto para construir soluções duradouras. O PNAE é uma política pública intimamente ligada à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Brasil e, com os devidos ajustes e investimentos, pode contribuir significativamente para esse objetivo.

A pesquisa foi limitada ao contexto específico do CEEBJA Prof. Paschoal Salles Rosa em Ponta Grossa/PR, o que pode não refletir a realidade de outras instituições similares em diferentes regiões do Brasil. Além disso, a análise foi baseada nas percepções dos profissionais da instituição, o que pode introduzir vieses subjetivos nos achados. Futuras pesquisas poderiam ampliar o escopo geográfico do estudo, incluindo diferentes regiões e instituições de EJA, para verificar a generalidade dos achados. Também seria útil investigar a perspectiva dos próprios alunos sobre a alimentação escolar e explorar em maior profundidade as relações entre alimentação, cultura e identidade em diferentes contextos socioeconômicos.

O estudo no CEEBJA Prof. Paschoal Salles Rosa em Ponta Grossa, Paraná, oferece *insights* valiosos para aprimorar o PNAE e garantir que todos os alunos da EJA tenham acesso à alimentação de qualidade, essencial para seu desenvolvimento. O estudo revelou que a alimentação é um código social crucial para entender as dinâmicas de poder e desigualdade nas sociedades. Políticas públicas que considerem as dimensões sociais, culturais e econômicas da alimentação são fundamentais para combater a fome e a desnutrição.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/Brasil/CAPES/Código de Financiamento 001.

5. Referências

Abreu, E., (2011). As duas naturezas de Lévi-Strauss. Philippe Descola. *Sociologia & Antropologia*. v; 01, n.02, p. 35-51.

Ackerman, D.,(1996). *Uma história natural dos sentidos*. Tradução Ana Zelma Campos. 2 ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

Annenberg, F. X., (2014). *Direito e políticas públicas: uma análise crítica de abordagens tradicionais do direito administrativo a partir de um estudo do programa bolsa família*(Universidade de São Paulo). Recuperado em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2133/tde-11022015-114706/

Brandt, V. C., (2018).*O impacto das políticas sociais na trajetória de vida de adolescentes em conflito com a lei.*(Universidade Estadual Paulista). Recuperado em: https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/3f4ee359-ce04-4c20-81f2-9b6e49d0619b/content

Brasil.,(2012). Congresso Nacional. Lei nº 12.594 de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. Brasília, DF, 2012.

Brasil., (2014). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Programa de Aquisição de Alimentos - PAA: Renda para quem produz e comida para quem precisa. Brasília, DF.

Brasil., (2014). PAA: 10 anos de aquisição de alimentos. - Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Recuperado em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/ferramentas/docs/PAA.pdf

Brasil., (2022). Insegurança e Covid 2019 no Brasil: Insegurança Alimentar nos estados. https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2022/10/14/olheestados-diagramacao-v4-r01-1-14-09-2022.pdf.

Brasil., (2023) Ministério da educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.https://www.gov.br/fnde/pt-br/assuntos/noticias/alimentacao-escolar-conheca-os-avancos-alcancados-em-2023

Calsing, R. A.,(2019*).Proteção de dados pessoais e autoridade de controle: perspectivas e desafios para o Brasil sob a ótica do direito comparado.* (Universidade de Lisboa). Recuperado em: https://repositorio.cgu.gov.br/bitstream/1/66225/3/Tese_Renata_de_Assis_2019.pdf

Castro, J., (1976). Ensaios de Geografia Humana. Porto: Ed. Brasília.

Cotta, R. M. M., Machado, J. C., (2013). Programa Bolsa Família e segurança alimentar e nutricional no Brasil: revisão crítica da literatura. *Revistapanamericana de salud publica (Pan American journal of public health),* v. 33, n. 1, p. 54-60

DaMatta. R., (1997b). *O que faz o brasil, Brasil*? Rio de Janeiro: Rocco. Recuperado em:Recuperado em:https://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Da_Matta-O_que_faz_Brasil_Brasil.pdf

Fao., (1996). Rome Declaration on World Food Security and World Food Summit Plan of Action. *World Food Summit*, 13-17 November 1996, Rome, Italy.

Fischler, C., (1988). Food, Self and Identity. *Social Science Information*, v. 27, n. 2, p. 275-292.

Goulart, N.,(2023). *Governo federal retoma políticas de segurança alimentar*; entenda.2023.Recuperado em: https://www.ufrgs.br/humanista/2023/03/27/governo-federal-retoma-politicas-de-seguranca-alimentar-entenda/

Höfling, E. M., (2001). Estado e políticas (públicas) sociais. *Cadernos CEDES*, 21(55), 30-41.

Lefèvre, F., Lefèvre, A. M. C., (2005). *O discurso do sujeito coletivo:* um novo enfoque em pesquisa qualitativa (Desdobramentos). Caxias do Sul: EDUCS.

Lefèvre, F.,Lefèvre, A. M. C., (2012). *Pesquisa de representação social:* um enfoque qualiquantitativo. Brasília: Liber Livro.

Levi-Strauss, C., (2004/1964). *O cru e o cozido*: Mitológicas I São Paulo: Cosac Naify.

Martins, J. S., (1994). *Exclusão Social e a Nova Desigualdade*. São Paulo: Paulus.

Melo, M. (2021). *Da política ao prato: entenda a história da merenda escolar*. Recuperado em: https://ojoioeotrigo.com.br/2021/02/da-politica-ao-prato-entenda-a-historia-da-merenda-escolar/

Ministério da Educação., (2009). Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Brasília.

Moscovici, S., (2012) *Representações sociais*: investigações em psicologia social.Vozes.

Oliveira, G. A. L.*et al*., (2024). Política pública de alimentação escolar brasileira: quais foram os caminhos trilhados? *Brazilian Journal of Health Review,* [S. l.], v. 7, n. 2, p. 1-22. DOI:10.34119/bjhrv7n2-203.

PNAE.,(2022). História da Alimentação Escolar no Brasil-2022. Recuperado em: https://fsp.usp.br/eccco/index.php/2022/11/12/pnae-historia-da-alimentacao-escolar-no-brasil/

Rede Penssan., (2022) 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Recuperado em: https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/

Rosa, M. V. F. P. C., Arnoldi, M. A. G. C., (2017).*A entrevista na pesquisa qualitativa*: mecanismo para validação dos resultados. Belo Horizonte: Autêntica.

Savarin, B.,(1999). *A fisiologia do gosto*. São Paulo: Companhia das Letras.

Segall-Corrêa, A. M. et.al., (2008) Transferência de renda e segurança alimentar no Brasil: análise dos dados nacionais. *Rev. Nutr., Campinas*, 21(Suplemento), p.39- 51. Recuperado em: https://www.scielo.br/j/rn/a/QvPkFD7n4HrYfPMWcP9DfLJ/?format=pdf&lang=pt

Souza, M., (2006). Direitos Humanos e Diversidade Cultural: Um Debate Necessário. *Revista de Ciências Sociais*, v. 4, n. 3, p. 122-137.

Yin, R. K., (2001). *Estudo de caso*: planejamento e métodos. Bookman.

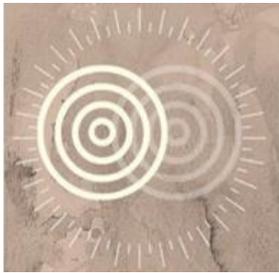
Zaluar, A., (1985). *A máquina e a revolta*: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310

DIANA GALONE SOMER

Aluna de doutorado do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) com foco em representações sociais, memória social, esporte e lazer, áreas nas quais possui publicações acadêmicas. Mestre em Ciências Sociais Aplicadas e graduada em Serviço Social pela UEPG, com registro no CRESS nº 11748, desenvolve pesquisas sobre família, adolescência, políticas públicas e mediação de direitos. Possui experiência em ILPIs, promovendo convivência intergeracional e autonomia, além de atuação no CREAS, no atendimento a famílias e adolescentes em situação de violação de direitos. Bolsista da CAPES. E-mail: dianassomer@gmail.com. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-0528-8491 Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/7283693720481022 Brasil, Paraná e Ponta Grossa.

ALFREDO CESAR ANTUNES

Doutor em Ciências do Esporte/Educação Física pela UNICAMP, pós-doutorado em Psicologia Social pela UERJ (Bolsa Fundação Araucária/Pr). Professor associado do Departamento de Educação Física e professor permanente do Programa Interdisciplinar de Mestrado e Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: alfredo.cesar@hotmail.com Orcid: https://orcid.org/0000-0001-9446-5316 Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/0960979160330230 Brasil, Paraná e Ponta Grossa.

CONSTANTINO RIBEIRO DE OLIVEIRA JUNIOR

Doutor em Educação Física (Estudos do Lazer) pela UNICAMP, Professor Adjunto do Curso de Educação Física e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) E-mail: constantino@uepg.br Orcid: https://orcid.org/0000-0003-0577-5262 Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/7934725111247478 Brasil, Paraná e Ponta Grossa.